

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de Assistente de Promotoria de Justiça

Caderno de Prova, Cargo Q14, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

PROVAS OBJETIVAS

Conhecimentos Específicos
Língua Portuguesa
Informática

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Maio/2008

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. As administrações públicas de um Estado federado e de um de seus Municípios, editaram leis e praticaram certos atos que estão colocando em risco um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, e em especial a dignidade da pessoa humana, consistentes na discriminação atentatória dos direitos fundamentais. Nesse caso, e à falta de outra medida eficaz para sanar a lesividade, terá cabimento ação
- (A) para arguição de descumprimento de preceito fundamental.
 - (B) de declaração de constitucionalidade.
 - (C) direta de inconstitucionalidade.
 - (D) mandamental de injunção.
 - (E) de inconstitucionalidade por ação ou omissão.

2. No que diz respeito ao Ministério Público, analise :
- I. O Ministério Público estadual adquiriu equipamentos (mobiliários, informática e veículos) objetivando dotar cinco serviços auxiliares, relacionados ao meio ambiente, às pessoas portadoras de deficiência, aos idosos, às crianças e adolescentes e ao consumidor, de efetiva operatividade.
 - II. O Promotor de Justiça de um Estado da Federação adquiriu, após o estágio probatório, a garantia constitucional consistente na prerrogativa de não perder o cargo, senão por decisão judicial transitada em julgado.

Essas hipóteses caracterizam, respectivamente,

- (A) o exercício dos poderes regulamentar e vinculado como garantia dessa instituição; e inamovibilidade como garantia de seus membros.
- (B) a autonomia financeira como garantia dessa instituição; e a inamovibilidade absoluta como garantia de seus membros.
- (C) o exercício dos poderes discricionário e hierárquico como garantia de seus membros e dessa instituição; e a irredutibilidade de subsídios como garantia da instituição.
- (D) a autonomia administrativa – financeira como garantia dessa instituição; e vitaliciedade como garantia de seus membros.
- (E) a independência funcional, como garantia de seus membros; e a inamovibilidade como garantia dessa instituição.

3. No caso de necessidade de uma legislação a respeito de regime dos portos, navegação lacustre e fluvial, dentre outras, a titularidade da competência legislativa é
- (A) dos respectivos Municípios onde se localizam os portos, lagos e rios, privativamente.
 - (B) da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, concorrentemente.
 - (C) dos Estados, Distrito Federal e Municípios, exclusivamente.
 - (D) da União e dos Municípios, exclusivamente, e dos Estados e Distrito Federal, mediante autorização legal.
 - (E) da União, privativamente, e dos Estados, mediante autorização de lei complementar, sobre as questões específicas.

4. Em matéria de direitos políticos, quanto às inelegibilidades, analise :

- I. Perseu, Prefeito Municipal de Poseidon, está terminando seu segundo mandato, decorrente de uma reeleição. Nesse caso, sua inelegibilidade, em geral, é relativa.
- II. Orfeu, Deputado Estadual do Estado de Atena, encontra-se na condição de inalistável, mas não tem impedimentos eleitorais para qualquer outro cargo eletivo. Nesse caso, a inelegibilidade é relativa.
- III. Ártemis, Vereadora do Município de Panacéia, mudou-se para o Município de Pégaso, onde reside atualmente. Na próxima eleição pretende candidatar-se novamente como vereadora de Panacéia, apesar de não ter domicílio eleitoral nessa circunscrição. Nesse caso é uma inelegibilidade relativa.

Nesses casos está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

5. Considerando que o Código Penal foi editado por uma espécie normativa denominada Decreto-Lei, não previsto na atual Constituição da República Federativa do Brasil, embora o referido diploma penal continue plenamente em vigor, tanto no aspecto material, como formal, e desta feita sob uma roupagem de "lei ordinária", ocorreu o fenômeno caracterizado como

- (A) desconstitucionalização.
- (B) repristinação.
- (C) recepção.
- (D) promulgação.
- (E) sanção.

6. Sobre os poderes da Administração, considere:

- I. Faculdade de que dispõem os Chefes de Executivo de explicitar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada em lei.
- II. Poder de que dispõe o Executivo de distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores de seu quadro de pessoal.

Estes conceitos referem-se, respectivamente, aos poderes

- (A) regulamentar e hierárquico.
- (B) normativo e disciplinar.
- (C) disciplinar e discricionário
- (D) de polícia e hierárquico.
- (E) hierárquico e normativo.

<p>7. Em matéria de serviço público, é correto afirmar:</p> <p>(A) sua execução, em regra, não pode ser objeto de permissão ou autorização.</p> <p>(B) pode ser criado por decreto ou portaria administrativa.</p> <p>(C) a sua prestação é sempre incumbência do Estado.</p> <p>(D) a possibilidade de execução indireta, independe da natureza do serviço.</p> <p>(E) serviço de utilidade pública é sinônimo de serviço público.</p>	<p>11. No caso de infração ao disposto na Lei nº 10.048/00 estará sujeito a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)</p> <p>(A) a empresa concessionária de serviço público por veículo que não facilita o acesso ao seu interior das pessoas portadoras de deficiência.</p> <p>(B) o servidor público que não dispensar atendimento prioritário à pessoas portadoras de deficiência.</p> <p>(C) a instituição financeira que não dispensar atendimento prioritário à pessoas portadoras de deficiência.</p> <p>(D) o servidor público que reincidir na prática de não dispensar atendimento prioritário à pessoas portadoras de deficiência.</p> <p>(E) a instituição financeira que reincidir na prática de não dispensar atendimento prioritário à pessoas portadoras de deficiência.</p>
<p>8. Considerando as limitações ao direito de propriedade, considere:</p> <p>I. Utilização coativa de bens e serviços particulares pelo Poder Público por ato de execução imediata e direta da autoridade, com indenização posterior, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias.</p> <p>II. Utilização transitória, remunerada ou gratuita, de bens particulares pelo Poder Público, para a execução de obras, serviços ou atividades públicas de interesse público.</p> <p>Estes conceitos referem-se, respectivamente, a</p> <p>(A) desapropriação e servidão.</p> <p>(B) requisição e ocupação temporária.</p> <p>(C) ocupação temporária e desapropriação.</p> <p>(D) tombamento e desapropriação indireta.</p> <p>(E) requisição e servidão.</p>	<p>12. De acordo com a Lei Estadual nº 10.228/94, considere as seguintes assertivas:</p> <p>I. O candidato portador de deficiência está dispensado de apresentar atestado médico que comprove a deficiência alegada, no ato da inscrição para o concurso.</p> <p>II. Os concursos para provimento de cargo público destinarão no mínimo 20% (vinte por cento) das vagas para as pessoas portadoras de deficiência.</p> <p>III. No ato da inscrição, o deficiente mental deverá apresentar carteira de habilitação específica para o cargo ou função a exercer, fornecida por entidade oficial reconhecida.</p> <p>IV. As pessoas portadoras de deficiência serão preferencialmente lotadas em órgãos cuja infra-estrutura lhes facilite o acesso ao local de trabalho e desempenho da função, desde que verificada a necessidade administrativa de lotação dos respectivos cargos.</p> <p>No tocante a admissão no serviço público estadual das pessoas portadoras de deficiências físicas, mentais e sensoriais, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I e IV.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>9. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas, excluídas as duplicidades, no</p> <p>(A) ano civil.</p> <p>(B) mês em referência e nos seis meses anteriores.</p> <p>(C) mês em referência e nos três meses anteriores.</p> <p>(D) mês em referência e nos dois meses anteriores.</p> <p>(E) mês em referência e nos onze meses anteriores.</p> <p>10. No que se refere aos atos de improbidade administrativa é correto afirmar:</p> <p>(A) retardar, ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício, não configura ato de improbidade administrativa.</p> <p>(B) para caracterização de qualquer ato de improbidade administrativa é indispensável que tenha havido dano ao patrimônio público.</p> <p>(C) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade.</p> <p>(D) as condutas descritas na Lei nº 8.429/92 como caracterizadoras de improbidade administrativa têm caráter meramente exemplificativo.</p> <p>(E) na aplicação das penalidades previstas na Lei de Improbidade, o juiz deve levar em conta as sanções penais e administrativas previstas na legislação específica.</p>	<p>13. Sobre o Estudo de Impacto Ambiental, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) deve ser usado com parcimônia e prudência.</p> <p>(B) deve ser elaborado antes do início da execução do projeto.</p> <p>(C) constitui barreira à liberdade de empreender.</p> <p>(D) está sujeito à transparência administrativa, à consulta aos interessados e à motivação da decisão ambiental.</p> <p>(E) deve ser elaborado antes da decisão administrativa de outorga da licença.</p>

<p>14. Com relação à tutela do Patrimônio Cultural, considere as seguintes assertivas:</p> <p>I. A multa, como instrumento administrativo, tem caráter desestimulante, preventivo e punitivo às agressões ao patrimônio cultural.</p> <p>II. É incabível o uso da ação popular como meio de defesa do patrimônio cultural.</p> <p>III. É cabível o uso da ação civil pública para proteção do patrimônio cultural.</p> <p>IV. A remoção de objeto se dará no caso de construção não autorizada na vizinhança da coisa tombada, que impeça ou reduza a sua visibilidade.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e IV. (B) I e II. (C) II e III. (D) II e IV. (E) I e III.</p>	<p>18. Maria adquiriu um ventilador de teto da loja X. Porém, considerando que a loja não possuía o ventilador adquirido no estoque, o produto foi entregue em sua residência dez dias após a data da compra, ocasião em que, ao retirar o produto da embalagem, Maria percebeu que o mesmo estava danificado, apresentando diversos riscos em sua pintura. Diante de tais vícios, o direito de Maria reclamar caducará em:</p> <p>(A) trinta dias, iniciando-se a contagem do prazo decadencial a partir da data em que a compra foi efetivada. (B) sessenta dias, iniciando-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto. (C) sessenta dias, iniciando-se a contagem do prazo decadencial a partir da data em que a compra foi efetivada. (D) trinta dias, iniciando-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto. (E) cento e vinte dias iniciando-se a contagem do prazo decadencial a partir da data em que a compra foi efetivada.</p>
<p>15. No tocante à estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente, o Ministério do Meio Ambiente é considerado o Órgão</p> <p>(A) Consultivo e Deliberativo. (B) Superior. (C) Central. (D) Executor. (E) Setorial.</p>	<p>19. Considere as seguintes assertivas a respeito da Proteção Contratual:</p> <p>I. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo.</p> <p>II. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.</p> <p>III. A nulidade de uma cláusula contratual abusiva, em qualquer hipótese, invalidará o contrato por expressa determinação legal.</p> <p>IV. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 30 dias a contar de sua assinatura, sempre que a contratação de fornecimento de produtos ocorrer fora do estabelecimento comercial.</p> <p>De acordo com o Código de Defesa do Consumidor está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II, III e IV. (B) I e II. (C) II e IV. (D) I e III. (E) I, II e III.</p>
<p>16. A alteração do contrato social no tocante a responsabilidade subsidiária dos sócios pelas obrigações sociais</p> <p>(A) depende do consentimento de todos os sócios. (B) pode ser decidida por maioria absoluta de votos dos sócios. (C) deve ser decidida por no mínimo dois terços de votos dos sócios. (D) pode ser decidida por um quarto de votos dos sócios. (E) deve ser decidida por no mínimo um terço de votos dos sócios.</p>	
<p>17. O Ministério Público, tão logo lhe comunique a autoridade competente, promoverá a liquidação judicial da sociedade, se o sócio não a tiver requerido, na hipótese de dissolução por</p> <p>(A) anulação da sua constituição. (B) falta de pluralidade de sócios, não reconstituída. (C) inexecutabilidade do fim social. (D) extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar. (E) morte dos sócios.</p>	<p>20. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, que deverão ser divulgados de forma pública</p> <p>(A) trimestralmente. (B) anualmente. (C) mensalmente. (D) semestralmente. (E) bimestralmente.</p>

<p>21. Tício ingressou à noite no interior de um museu, para furtar obras de arte. Diante do funcionamento do sistema de alarme, desistiu de prosseguir na execução do delito e deixou o local. Nesse caso, ocorreu</p> <p>(A) fato penalmente atípico. (B) desistência voluntária. (C) arrependimento eficaz. (D) arrependimento posterior. (E) tentativa de furto punível.</p>	<p>26. De acordo com o Estatuto do Ministério Público do Rio Grande do Sul, é permitido aos membros do Ministério Público</p> <p>(A) exercer atividade político-partidária. (B) receber custas processuais. (C) participar, como acionista, de sociedade comercial. (D) receber honorários. (E) exercer a advocacia.</p>
<p>22. Promover segundo registro de nascimento, alterando dados constantes do anterior, configura o delito de</p> <p>(A) registro de nascimento inexistente. (B) falsificação de documento público. (C) falsificação de documento particular. (D) falsa identidade. (E) falsidade ideológica.</p>	<p>27. O Promotor de Justiça titular de uma Comarca foi promovido. O Promotor de Justiça Substituto designado para assumir a Promotoria vaga foi intimado de sentença absolutória em processo criminal e deixou fluir o prazo para eventual recurso. Dois dias depois, assumiu a Promotoria outro membro do Ministério Público em decorrência de promoção e, examinando o referido processo, solicitou a devolução do prazo para recurso, em decorrência da sua condição de titular. Nesse caso,</p> <p>(A) é válida a intimação feita pois ao Promotor de Justiça Substituto, o qual, no entanto, cometeu infração funcional ao deixar de recorrer da sentença, o que permite que o novo titular recorra, se tiver entendimento diverso. (B) não é válida a intimação feita e o prazo para recurso deve ser devolvido ao Promotor de Justiça titular da Promotoria, pois, por força do princípio da independência funcional, assiste-lhe o direito de ter opinião diferente. (C) é válida a intimação feita, mas a condição de titular dá ao Promotor de Justiça promovido para a Promotoria, em razão do princípio da independência funcional, o direito de rever o posicionamento e interpor recurso. (D) é válida a intimação do Promotor de Justiça Substituto e incabível a devolução do prazo pretendido, em razão dos princípios da unidade e indivisibilidade do Ministério Público. (E) não é válida a intimação feita, pois a intimação só poderia ser feita ao Promotor de Justiça titular, já que o Promotor de Justiça Substituto exerce apenas funções secundárias, não podendo tomar ciência de sentenças.</p>
<p>23. De acordo com a orientação jurisprudencial dominante, o crime de extorsão</p> <p>(A) só pode ter como objeto coisa alheia móvel. (B) não admite tentativa. (C) consoma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida. (D) pode visar a obtenção de vantagem devida. (E) pode não ter fim econômico.</p> <p>24. A respeito do concurso de crimes considere:</p> <p>I. Não existe concurso material entre crime doloso e crime culposos. II. No concurso formal, as penas de multa são aplicadas distinta e integralmente para cada fato delituoso. III. É possível o reconhecimento da continuidade delitiva entre crimes tentados e crimes consumados.</p> <p>Esta correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III. (B) I e II. (C) I e III. (D) I. (E) III.</p>	<p>28. Além de outras atribuições previstas em lei, compete ao Conselho Superior do Ministério Público</p> <p>(A) julgar recurso contra decisão condenatória em processo administrativo-disciplinar. (B) autorizar membro do Ministério Público a ausentar-se do Estado ou do País em missão oficial por prazo não superior a 10 dias. (C) apreciar os motivos de suspeição de natureza íntima, invocados por membros do Ministério Público. (D) decidir sobre questões referentes a licitações nos termos da lei respectiva. (E) celebrar convênios, com quaisquer órgãos municipais, estaduais ou federais, para atendimento das necessidades da Instituição.</p>
<p>25. O funcionário público que exige vantagem indevida para dar andamento a processo de aposentadoria comete crime de</p> <p>(A) peculato. (B) corrupção passiva. (C) corrupção ativa. (D) prevaricação. (E) concussão.</p>	

<p>29. Nos impedimentos e suspeições, a função de Procurador-Geral de Justiça será exercida, interinamente, pelo</p> <p>(A) Subprocurador-Geral de Justiça para assuntos institucionais.</p> <p>(B) Corregedor-Geral do Ministério Público.</p> <p>(C) Procurador de Justiça mais antigo na carreira.</p> <p>(D) Subprocurador-Geral de Justiça para assuntos jurídicos.</p> <p>(E) Subprocurador-Geral de Justiça para assuntos administrativos.</p>	<p>33. A respeito do procedimento dos Juizados Especiais Criminais, considere:</p> <p>I. Tratando-se de infração de menor potencial ofensivo, não pode ser oferecida a denúncia e muito menos recebida pelo juiz, sem que o representante do Ministério Público apresente proposta de transação penal ou justifique por que não o faz.</p> <p>II. No caso de concurso de pessoas, a proposta de transação penal feita a um dos autores do fato a todos aproveitará.</p> <p>III. A aplicação de pena de multa pelo juiz, acolhendo proposta do Ministério Público aceita pelo autor do fato e por seu defensor, faz coisa julgada no cível, não podendo mais ser discutida a existência do fato, nem a autoria.</p>
<p>30. Nos crimes comuns e nos de responsabilidade, salvo as exceções de ordem constitucional, os membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul serão processados e julgados, originariamente, pelo</p> <p>(A) Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) Juiz de Direito da Comarca em que o fato ocorreu.</p> <p>(C) Colégio de Procuradores de Justiça.</p> <p>(D) Conselho Superior do Ministério Público.</p> <p>(E) Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.</p>	<p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I.</p> <p>(E) I e III.</p>
<p>31. Da decisão do juiz que, acolhendo pedido formulado pelo Ministério Público, determina o arquivamento do inquérito policial</p> <p>(A) não cabe recurso.</p> <p>(B) cabe apelação.</p> <p>(C) cabe recurso em sentido estrito.</p> <p>(D) cabe carta testemunhável.</p> <p>(E) cabe recurso ao Procurador-Geral de Justiça.</p>	<p>34. A competência para dirimir conflito de atribuições entre Procurador da República e Promotor de Justiça, a respeito da competência da Justiça Federal ou da Estadual, quando tais pronunciamentos forem acolhidos pelos Juízes Federal e Estadual perante os quais atuem, é do</p> <p>(A) Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) Procurador-Geral da República.</p> <p>(C) Procurador-Geral de Justiça do Estado.</p> <p>(D) Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) Tribunal Regional Federal da Região.</p>
<p>32. Tratando-se de infração permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência</p> <p>(A) será determinada pelo lugar em que iniciou a consumação.</p> <p>(B) será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado o maior número de atos de execução.</p> <p>(C) será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado o último ato de execução.</p> <p>(D) firmar-se-á pela prevenção.</p> <p>(E) será determinada pelo lugar em que cessou a consumação.</p>	<p>35. A respeito da suspensão condicional do processo, é correto afirmar que</p> <p>(A) não é admissível a suspensão condicional do processo quando a pena privativa de liberdade mínima cominada à infração penal for igual ou inferior a um ano se estabelecida cumulativa ou alternativamente com pena de multa.</p> <p>(B) a suspensão condicional do processo será obrigatoriamente revogada se o beneficiário vier a ser processado pela prática do contravenção penal.</p> <p>(C) a proposta de suspensão condicional do processo formulada pelo Ministério Público, tratando-se de réu revel, pode ser aceita por seu defensor constituído ou dativo.</p> <p>(D) a decisão concessiva da suspensão condicional do processo tem caráter suspensivo da prescrição, cujo prazo volta a fluir normalmente se revogado o benefício.</p> <p>(E) a aceitação da proposta de suspensão condicional do processo pode ser feita por petição subscrita pelo defensor constituído do autor do fato, sendo desnecessária a designação de audiência preliminar para essa finalidade.</p>

<p>36. Considere as seguintes assertivas a respeito da assistência:</p> <p>I. A assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus da jurisdição, mas o assistente recebe o processo no estado em que se encontra.</p> <p>II. Não havendo impugnação dentro de cinco dias, o pedido do assistente será deferido.</p> <p>III. Em regra, a assistência obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direitos controvertidos.</p> <p>IV. O assistente atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido.</p> <p>De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e IV.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>39. Cabem embargos infringentes quando o acórdão</p> <p>(A) não unânime houver reformado, em grau de recurso especial, acórdão proferido anteriormente, ou houver julgado procedente ação rescisória.</p> <p>(B) não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória.</p> <p>(C) não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado improcedente ação rescisória.</p> <p>(D) unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado improcedente ação rescisória.</p> <p>(E) não unânime houver reformado, em grau de recurso extraordinário, acórdão proferido anteriormente, ou houver julgado improcedente ação rescisória.</p>
<p>37. A Ação “X” e a Ação “Y” possuem em comum a causa de pedir. A Ação “W” e a Ação “V” possuem em comum o objeto. A Ação “Z” e a Ação “H” possuem identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto da Ação “Z”, por ser mais amplo, abrange o da Ação “H”. Nestas hipóteses ocorrerá</p> <p>(A) conexão entre as Ações “X” e “Y”; continência entre as Ações “W” e “V” e entre as Ações “Z” e a “H”.</p> <p>(B) conexão entre as Ações “X” e “Y”, entre as Ações “W” e V” e entre as Ações “Z” e a “H”.</p> <p>(C) continência entre as Ações “X” e “Y” e entre as Ações “W” e “V”; conexão entre as Ações “Z” e a “H”.</p> <p>(D) continência entre as Ações “X” e “Y”; conexão entre as Ações “W” e “V” e entre as Ações “Z” e a “H”.</p> <p>(E) conexão entre as Ações “X” e “Y” e entre as Ações “W” e “V”; continência entre as Ações “Z” e a “H”.</p>	<p>40. Com relação as ações possessória é certo que</p> <p>(A) em matéria de ação possessória não há previsão legal para prestação de caução tendo em vista o rito especial.</p> <p>(B) é ilícito ao autor cumular ao pedido possessório o de desfazimento de construção ou plantação feita em detrimento de sua posse.</p> <p>(C) é ilícito ao autor cumular ao pedido possessório o de condenação em perdas e danos.</p> <p>(D) é ilícito ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória.</p> <p>(E) a propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela, cujos requisitos estejam provados.</p>
<p>38. O autor do processo “D” faleceu. O autor do processo “E” perdeu a sua capacidade processual. No processo “F” foi acolhida a alegação de perempção. Nestes casos, ocorrerá a</p> <p>(A) suspensão do processo “D” e a extinção dos processos “E” e “F”.</p> <p>(B) suspensão dos processos “D” e “E” e a extinção do processo “F”.</p> <p>(C) suspensão do processo “E” e a extinção dos processos “D” e “F”.</p> <p>(D) extinção dos processos “D”, “E” e “F”.</p> <p>(E) suspensão dos processos “D”, “E” e “F”.</p>	<p>41. O direito à sucessão aberta, os direitos pessoais de caráter patrimonial e os direitos reais sobre objetos móveis são, para os efeitos legais, considerados bens</p> <p>(A) móveis.</p> <p>(B) imóveis.</p> <p>(C) imóvel, móvel e móvel, respectivamente.</p> <p>(D) móvel, imóvel e imóvel, respectivamente.</p> <p>(E) imóvel, imóvel e móvel, respectivamente.</p> <p>42. Com relação a interrupção da prescrição, considere as seguintes hipóteses:</p> <p>I. Despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.</p> <p>II. Protesto cambial, procedido na forma regulamentada na legislação brasileira.</p> <p>III. Apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores.</p> <p>IV. Qualquer ato inequívoco, exceto se extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.</p> <p>De acordo com o Código Civil brasileiro são hipóteses de interrupção da prescrição as mencionadas APENAS em</p> <p>(A) II, III e IV.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>

<p>43. Mario foi compelido a ressarcir danos causados pelos seus filhos, Joana de 17 anos, Douglas de 16 anos, Joaquim de 15 anos e Patrícia que possui 20 anos, mas é declarada pródiga. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro, Mário</p> <p>(A) só poderá reaver de Joana o que pagou, uma vez que ela é sua descendente relativamente incapaz.</p> <p>(B) não poderá reaver de nenhum dos filhos o que pagou.</p> <p>(C) só poderá reaver de Douglas e Joaquim o que pagou, uma vez que eles são seus descendentes absolutamente incapazes.</p> <p>(D) só poderá reaver de Joana e Patrícia o que pagou, uma vez que elas são suas descendentes relativamente incapazes.</p> <p>(E) poderá reaver de todos os quatro filhos o que pagou.</p>	<p>46. A empresa "Ártemis", órgão privado, prestador de serviços à população, no ramo comercial de supermercados, não vem garantindo atendimento preferencial imediato e individualizado aos idosos. Nesse caso, pelo não cumprimento das determinações do Estatuto do Idoso sobre a prioridade no atendimento aos idosos, o responsável estará sujeito a multa de</p> <p>(A) R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.000,00 (um mil reais) e multa civil, a ser estipulada pelo juiz.</p> <p>(B) R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e multa civil a ser estipulada pelo Ministério Público.</p> <p>(C) até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e interdição do estabelecimento ou do serviço, a critério do juiz.</p> <p>(D) até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e interdição da atividade estipuladas pelo juiz ou pelo Ministério Público.</p> <p>(E) R\$ 1.000,00 (um mil reais) e interdição do estabelecimento a critério do Ministério Público.</p>
<p>44. De acordo com o Código Civil brasileiro, são sujeitas à redução as doações em que se apurar excesso quanto ao que o doador poderia dispor, no momento da liberalidade. Sendo várias as doações a herdeiros necessários, feitas em diferentes datas, serão elas reduzidas</p> <p>(A) partindo-se dos bens móveis, até a eliminação do excesso.</p> <p>(B) a partir da última doação, até a eliminação do excesso.</p> <p>(C) a partir da primeira doação, até a eliminação do excesso.</p> <p>(D) partindo-se dos bens imóveis, até a eliminação do excesso.</p> <p>(E) conforme a ordem cronológica de idade dos herdeiros, até a eliminação do excesso.</p>	<p>47. Afrodite, não sendo proprietária de qualquer imóvel urbano ou rural, vem ocupando uma edificação urbana de 150 m², há quase 10 (dez) anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para moradia de sua numerosa família. Ainda necessita proceder a ampliação do imóvel, muito embora não tenha condições de assumir quaisquer obrigações. A hipótese caracteriza</p> <p>(A) a outorga simples do direito de construir.</p> <p>(B) a usucapião especial de imóvel urbano.</p> <p>(C) a desapropriação com outorga do direito de construir.</p> <p>(D) o direito de preempção com outorga do direito de construir.</p> <p>(E) a concessão de uso especial para fins de moradia.</p>
<p>45. Maria, solteira, com 72 anos de idade, pretende se casar com Joaquim, também solteiro, que possui 72 anos. Diana com 68 anos de idade pretende se casar com Jean, que é solteiro e também possui 68 anos, mas faz doze meses que o casamento de Diana com Douglas se desfez por ser considerado nulo. Nestas hipóteses,</p> <p>(A) Maria pode se casar, mas Diana está impedida de contrair matrimônio até dois anos após a anulação de seu casamento com Douglas.</p> <p>(B) Maria e Diana não podem se casar, por expressa determinação legal.</p> <p>(C) Maria e Diana podem se casar, mas Maria deverá adotar, obrigatoriamente, o regime da separação de bens no casamento.</p> <p>(D) Maria e Diana podem se casar, mas ambas deverão adotar, obrigatoriamente, o regime da separação de bens no casamento.</p> <p>(E) Maria pode se casar, mas Diana está impedida de contrair matrimônio até dezoito meses após a anulação de seu casamento com Douglas.</p>	<p>48. Apolo efetuou loteamento do solo para fins urbanos em desacordo com as disposições da lei federal que trata do parcelamento do solo urbano e das normas pertinentes do Estado e Município. Analisando as disposições penais da legislação federal que cuida da espécie, é correto afirmar que,</p> <p>(A) a imposição de penas abrange a de reclusão, de detenção, de prisão simples e de intervenção do Poder Público.</p> <p>(B) esses comportamentos criminosos caracterizam crimes contra a pessoa e seu patrimônio.</p> <p>(C) as condutas criminosas são de natureza simples, não admitindo a figura qualificada.</p> <p>(D) os delitos são de natureza personalíssima, e assim incabível o concurso de pessoas.</p> <p>(E) as condutas penais tipificadas constituem crimes contra a administração pública.</p>

49. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, promovido o arquivamento dos autos pelo representante do Ministério Público, estes serão conclusos à autoridade judiciária para homologação. Discordando do arquivamento, a autoridade judiciária
- (A) fará remessa dos autos ao Presidente do Tribunal competente para que este requeira ao Procurador-Geral de Justiça a designação de outro membro do Ministério Público.
 - (B) dará seguimento ao processo, comunicando o ocorrido ao Procurador-Geral de Justiça, que poderá designar outro membro do Ministério Público para acompanhá-lo.
 - (C) fará remessa dos autos ao Promotor substituto, para que este apresente a representação ou ratifique o arquivamento.
 - (D) fará remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, mediante despacho fundamentado, e este oferecerá representação, designará outro membro do Ministério Público para apresentá-la, ou ratificará o arquivamento.
 - (E) fará remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, mediante despacho fundamentado, e este obrigatoriamente designará outro membro do Ministério Público para apresentá-la.

50. Considere as seguintes assertivas a respeito da relação da Apuração de Irregularidades em Entidade de Atendimento:
- I. O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar.
 - II. O dirigente da entidade será citado para, no prazo de dez dias, oferecer resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir.
 - III. Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade, mediante decisão fundamentada.
 - IV. Apresentada a resposta escrita a autoridade judiciária deverá, necessariamente, designar audiência de instrução e julgamento, intimando as partes com antecedência mínima de quinze dias.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e IV.

Língua Portuguesa

Instruções: As questões de números 51 a 54 baseiam-se no texto a seguir.

Apesar da popularidade das palavras “alimentos” e “pensões”, ainda há gente que não distingue o que elas significam, no direito de família, daquilo a que correspondem no uso mais comum. Não têm nada a ver com o velho fornecimento de pouso e alimentação mediante pagamento pelos hóspedes. Se alimentos compreendem mais que comida (uma garota recém-nascida pode receber R\$ 12 mil por mês para ser mantida), qual o universo compreendido por esse termo? Repare o leitor que a palavra vem no plural. Por isso corresponde a pagamentos feitos continuamente, em dinheiro, por acordo entre os interessados ou por ordem do juiz, para satisfazer determinadas necessidades de alguém. Mas atenção: não entram em linha de conta apenas as “necessidades de alguém”.

A avaliação não é matemática. Nem é feita em proporções determinadas por alguma fração aritmética. A lei quer estabelecer, sim, limites indicados relativamente. Os alimentos são exigíveis e pagos na proporção do que o alimentado necessita para sua saúde, vestuário, educação, conforto, para tudo, enfim, o que precise, e, também, na proporção do que o alimentante possa pagar.

(Adaptado de Walter Ceneviva, **Folha de S. Paulo**, Cotidiano, 23/06/2007)

51. No texto, o autor
- (A) chama a atenção dos operadores do direito para alertá-los quanto ao cuidado necessário com o emprego das palavras “alimentos” e “pensões”, pois podem implicar armadilhas.
 - (B) reconstrói a história das palavras que analisa para mostrar os possíveis desvios de sentido que podem estar relacionados a elas.
 - (C) mostra a associação equivocada (pelo arcaísmo do uso) que pessoas comuns fazem entre pensão alimentícia e vínculo passageiro entre hóspede e hospedeiro.
 - (D) faz uso retórico da interrogação, para expressar seu desacordo com o fato de que um recém-nascido pode chegar a receber vultosa soma a título de alimentação.
 - (E) transita entre um código lingüístico mais amplo e um mais específico, explicitando, neste, o sentido atribuído a palavras bastante recorrentes na linguagem comum.

52. No último parágrafo, a caracterização afirmativa do modo como a lei empreende a avaliação das “necessidades de alguém”
- (A) é feita por meio da primeira frase – *A avaliação não é matemática.*
 - (B) apóia-se na correlação entre *relativamente* e *na proporção*.
 - (C) ocorre pela relação entre a primeira e a segunda orações, estabelecida por meio da conjunção *Nem*.
 - (D) mostra que a estimativa se sustenta, com exclusividade, na idéia de que todos necessitam de alimentos para sobreviver.
 - (E) mostra que a estimativa se sustém, prioritária e diretamente, na condição sociocultural do pagante da pensão.

53. *Mas atenção: não entram em linha de conta apenas as "necessidades de alguém".*

Considerado em seu contexto, o discurso direto acima está transposto para o discurso indireto em conformidade com a norma culta em:

- (A) Disse o autor que: É necessária atenção, pois não entram em linha de conta apenas as necessidades de alguém.
- (B) Chama-se a atenção: não entram em linha de conta apenas as "necessidades de alguém".
- (C) As "necessidades de alguém" não é o único fator que entra em linha de conta, salientaria o autor, chamando a atenção.
- (D) O autor chamou a atenção para o fato de que não entram em linha de conta apenas as "necessidades de alguém".
- (E) O autor referiu a atenção que se deve ter, citando que as "necessidades de alguém" talvez não sejam únicas na linha de conta.

54. A alternativa que contém afirmação correta é:

- (A) (linha 1) A substituição de *Apesar da popularidade das palavras* por "Considerada a popularidade das palavras" mantém a correção e o sentido originais da frase.
- (B) (linha 4) A forma verbal *têm* é obtida por flexão idêntica à que se deve observar com o verbo "ler", motivo pelo qual "eles têm" está em conformidade com a norma culta.
- (C) (linhas 6 e 7) De acordo com a norma culta, o plural de *recém-nascida* segue o mesmo padrão do plural de "obra-prima".
- (D) (linhas 6 e 7) Os parênteses acolhem fato que é tomado como demonstração da idéia anteriormente referida – *alimentos compreendem mais que comida*.
- (E) (linha 7) Se a quantia citada fosse recebida a cada dois meses, a forma que expressaria essa idéia sem ambigüidade seria "R\$ 12 mil bimensalmente".

Instruções: As questões de números 55 a 58 baseiam-se no texto a seguir.

Há pelo menos duas razões urgentes para conhecer a obra do Padre Antônio Vieira e, em particular, seus sermões, que são a melhor parte dela.

A primeira é seu domínio extraordinário da língua portuguesa. Fernando Pessoa o celebrava como um "gênio de perfeição lingüística". [...]

A segunda razão de interesse pela obra do jesuíta é o repertório dos temas históricos e políticos. Vieira é dos que não acham modo de falar de Deus sem provar um bocado do mundo, tão estragado pelos pecados da ocasião quanto sacramentado pela graça divina.

Todo texto de Vieira é político, como bem exige a concepção jesuítica de caridade cristã. Eis aí: não são só "temas". Quando Vieira prega, quer agir.

(Alcir Pécora, "A fala sinfônica". **Folha de S.Paulo, +MAIS!**, 03/02/2008, p. 4)

55. O autor de "A fala sinfônica"

- (A) desaconselha o leitor a ler do jesuíta Antônio Vieira o que não seja sermão.
- (B) cita Fernando Pessoa como fonte das informações que ele traz no excerto sobre os sermões de Antônio Vieira.
- (C) vê como exclusiva a atitude de Antônio Vieira de não dissociar o mundo divino do mundo terreno.
- (D) considera a atitude de Antônio Vieira de preocupar-se com seus semelhantes como qualidade moral em plena sintonia com o espírito cristão.
- (E) manifesta a compreensão de que o verdadeiro religioso cristão é aquele que faz uso dos princípios da fé para criticar o poder.

56. *Todo texto de Vieira é político, como bem exige a concepção jesuítica de caridade cristã. Eis aí: não são só "temas". Quando Vieira prega, quer agir.*

No fragmento acima,

- (A) está implícita a idéia de que é possível uma fissura entre discurso e práxis.
- (B) as aspas exercem a mesma função que as empregadas nas linhas 5 e 6.
- (C) o adjetivo *cristã* dá vigor ao que está sendo expresso, mas não seria necessário à frase, pois em *caridade* já está subentendida aquela idéia.
- (D) se a locução *de Vieira* fosse substituída pelo adjetivo correspondente, a norma culta exigiria que fosse grafado em maiúscula (assim: "Todo texto Vieirino").
- (E) o período final é construído por idéias excludentes.

57. *Há pelo menos duas razões urgentes para conhecer a obra do Padre Antônio Vieira e, em particular, seus sermões, que são a melhor parte dela.*

Considerados o enunciado acima e o contexto, é correto afirmar:

- (A) Se o verbo "haver" for substituído por "deve existir", a locução estará em conformidade com a norma culta assim: "Deve existir".
- (B) Se o segmento *que são a melhor parte dela* for substituído por "da qual eles são a melhor parte", estarão preservados a correção e o sentido original da frase.
- (C) A palavra *sermões* foi empregada em sentido pejorativo.
- (D) A palavra *urgentes* deve ser entendida como "que estão a ponto de acontecer".
- (E) Se fosse retirada a vírgula apostada à conjunção **e** (*e, em particular,*) a correção da frase seria mantida.

58. Observado sempre o contexto, é correto afirmar:
- (A) se a palavra *particular* (linha 2) for usada como antônimo de "o que é inerente à ordem pública", estará empregada com sentido compatível com o vocabulário jurídico.
 - (B) a forma verbal *celebrava* (linha 5) expressa uma ação pontual no passado.
 - (C) a comparação, no terceiro parágrafo (linhas 10 e 11), foi estabelecida pela correlação entre *tão* e *pela*.
 - (D) a expressão *da ocasião* (linha 10) equivale a "ocasional", "eventual".
 - (E) em *Eis aí: não são só "temas"* (linhas 13 e 14), houve um deslize do autor, pois a forma verbal *são* não remete a nenhum sujeito.

Instruções: As questões de números 59 a 61 baseiam-se no texto a seguir.

Um dos fenômenos mais inquietantes da história do espírito humano é o esquivar-se do concreto. Possuímos uma acentuada tendência a nos lançar sempre ao longínquo, indo constantemente de encontro a tudo aquilo que, estando imediatamente à nossa frente, deixamos de ver. O entusiasmo dos gestos, o aventureiro e ousado das expedições a lugares distantes, é ilusório quanto a seus verdadeiros motivos: não raro se trata simplesmente de evitar aquilo que está mais próximo, porque não nos sentimos à altura dele. Pressentimos sua periculosidade e preferimos outros perigos, de consistência desconhecida. Mesmo quando deparamos com estes – e estão sempre presentes –, eles têm a seu favor o brilho do repentino e único. Seria necessária muita limitação intelectual para condenar esse espírito aventureiro, ainda que muitas vezes nasça de manifesta fraqueza. Ele nos leva a uma ampliação de nosso horizonte, da qual nos orgulhamos.

(Elias Canetti, "Poder e sobrevivência", in **A consciência das palavras**: ensaios, trad. Márcio Suzuki e Herbert Caro, São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 27)

59. Sobre o fragmento, é correto afirmar:
- (A) possuindo preponderantemente formas verbais no presente, exemplifica o emprego desse tempo para dar vivacidade a fatos que se desenvolveram ao longo da história.
 - (B) em estrutura dissertativa, apresenta a idéia a ser defendida, seguida de argumentos para convalidá-la.
 - (C) preponderantemente descritivo, busca delinear, passo a passo, uma faceta da alma humana, sua manifesta fraqueza.
 - (D) mesclando o discurso dissertativo ao narrativo, constrói uma compreensão da trajetória do espírito humano por distintos tempos.
 - (E) revelando perspectiva pessoal (*Possuímos*), conduz a argumentação de modo a produzir conclusões que não extrapolem o plano do indivíduo particular.

60. Infere-se corretamente do texto que
- (A) pessoas intelectualmente limitadas condenam o que lhes parece ilusórios entusiasmo e ousadia.
 - (B) experiências propiciam crescimento do espírito, por isso aventuras ousadas são sempre mais positivas que vivências comuns.
 - (C) pressentimentos são auxiliares privilegiados na detecção do perigo, por isso deve-se estar atento a eles.
 - (D) atitudes motivadas por fragilidades não estão condenadas a serem improdutivas.
 - (E) o desconhecido nos desafia mais do que o rotineiro, por isso é aos primeiros que se deve o progresso espiritual.

61. É correto afirmar:
- (A) (linhas 2 e 3) em *uma acentuada tendência*, a presença do adjetivo antes do substantivo reforça a qualidade da *tendência*, por colocá-la em evidência.
 - (B) (linha 2) em *o esquivar-se do concreto*, o elemento grifado é pronome demonstrativo.
 - (C) (linha 2) de acordo com a norma culta, o vocábulo *Possuímos* deve ser separado em sílabas assim: "Pos-suí-mos".
 - (D) (linhas 9 e 10) substituindo o termo grifado em *Pressentimos sua periculosidade* pelo pronome correspondente, na mesma frase, a formulação "A pressentimos" estaria em conformidade com a norma culta.
 - (E) (linha 16) o verbo "orgulhar" está empregado exclusivamente com a mesma regência do verbo encontrado na frase "Nós nos atrapalhamos muito ontem".

62. *Volta e meia pretende-se atualizar a Lei de Imprensa para pressionar jornalistas e empresas do ramo da comunicação social. Em sua parte punitiva, ela é um pleonasmo jurídico: os códigos Civil e Penal já estabelecem casos e penas para os crimes de injúria, de calúnia e de difamação.*

(Carlos Heitor Cony, "Expressão da liberdade". **Folha de S. Paulo**, A2 Opinião, 6 de abril de 2008)

- O autor, no trecho acima,
- (A) assinala o caráter bilateral da tipificação e penalização de crimes que envolvem as relações entre os jornalistas e a sociedade.
 - (B) expressa revolta contra a situação de refém em que se encontram, vez por outra, jornalistas e grandes empresas da comunicação.
 - (C) ratifica a idéia de que é necessária regulamentação para diversos crimes associados à atividade jornalística.
 - (D) manifesta-se acerca da liberdade de expressão, advogando que deve ser total e irrestrita.
 - (E) aponta o caráter reincidente da legislação que conceitua e penaliza certas condutas dos profissionais da imprensa.

<p>63. Tentando-se empregar a palavra ou a expressão destacada em sua correta acepção jurídica, a frase em que se cometeu equivoco é:</p> <p>(A) O nativo mais antigo desse minúsculo rincão, que nunca dali se afastou nem por um dia, foi <u>citado por rogatória</u>.</p> <p>(B) Por testamento, nomeou-o <u>fiduciário</u>, pois sabia que lealmente transmitiria os bens constitutivos do legado assim que se configurassem as condições impostas.</p> <p>(C) O <u>laudo arbitral</u> proferido na semana passada tem de ser homologado pelo juiz, para produzir seus efeitos.</p> <p>(D) O Brasil adota o <u>ius solis</u>: considera brasileiro todo aquele que nasce no território nacional, mesmo sendo filho de estrangeiros.</p> <p>(E) O juiz, a pedido dos descendentes, interditou o <u>pródigo</u> e designou um curador para gerir-lhe os bens.</p>	<p>66. A frase estruturada totalmente de acordo com a norma culta é:</p> <p>(A) De todas as experiências humanas, os arrependimentos são o que fazem as pessoas mais evoluírem, embora a custa de profunda dor.</p> <p>(B) Baseando-se em farta documentação, afirmo que a ele pode ser imputada a culpa, inclusive num depoimento lido apresenta fatos que não se podem rebater.</p> <p>(C) Tudo leva a crer que dispunha de parcos recursos para sua formação, mas seus escritos revelam muitas e variadas fontes, sem que nenhuma das idéias relevantes que nelas se encontram deixe de merecer ao menos um lúcido comentário.</p> <p>(D) Ingressou para os estudos jurídicos muito jovem, de acordo a uma época em que isso era bastante comum, mas não sem, antes, deixar claro suas verdadeiras intenções: advogar em prol dos menos favorecidos.</p> <p>(E) As obras do jurista parece romper com a bibliografia especializada que o precedem, mas o faz de modo tão sutil que dá impressão de só assumir pontos de vista familiares.</p>
<p>64. A frase que observa o paralelismo é:</p> <p>(A) Sua decisão foi criticada não só pelo pai mas também sua mãe condenou sua escolha.</p> <p>(B) Peça-lhes pronto atendimento ao público e orientar cada um de acordo com sua específica demanda.</p> <p>(C) A resistência e o medo contra a velhice lhe causaram problemas que poderiam ter sido evitados.</p> <p>(D) Seus ensinamentos são úteis no âmbito da vida privada mas para a pública também.</p> <p>(E) Ficou surpreso não tanto com a repercussão da notícia quanto com a velocidade da sua difusão.</p>	<p>67. A frase que está totalmente conforme o sistema ortográfico vigente é:</p> <p>(A) Naquele momento, sua espontaneidade excessiva chegou a recrudescer os ânimos já exaltados.</p> <p>(B) Achava falta de descência viver às expensas de alguém com quem já havia tido tantas situações de litígio.</p> <p>(C) Degladiaram-se no tribunal com tal brilho e veemência que suscitaram agradecimentos pelo privilégio do espetáculo.</p> <p>(D) O despêndio do setor foi de tal monta que não hesitou em solicitar ressarcimento nos casos em que a assessoria julgou a despesa indevida.</p> <p>(E) Que eles ajuízem a questão não será contra-senso, pois é useiro e vezeiro em aditar aos contratos itens tão discutíveis, que chegam a se configurar como extorsões.</p>
<p>65. A maneira como ela agiu, enquanto representante do grupo, deixou muito a desejar, embora os seus propósitos fossem os mais elogiáveis.</p> <p>A redação que, de maneira clara e correta, expressa com fidelidade o conteúdo da frase acima é:</p> <p>(A) Representando o grupo, deixou muito a desejar na ação, mesmo com relevo aos legítimos propósitos.</p> <p>(B) Seu <i>modus operandi</i> em nome do grupo esteve aquém, mesmo se considerando essenciais suas intenções.</p> <p>(C) Embora se louvem suas intenções, sua ação como representante do grupo frustrou as expectativas.</p> <p>(D) Sendo seus objetivos os mais nobres, por ser representante do grupo, sua ação não esteve de acordo.</p> <p>(E) Seus escopos ninguém discute, por legítimos, mas releva sua inoperância quanto à representação do grupo.</p>	<p>68. A frase que está em total conformidade com a norma culta é:</p> <p>(A) Se ele se abster de comentar os depoimentos, não saberemos se o processo pode conhecer um revés; receiemos, portanto, o que poderá suceder.</p> <p>(B) Essa norma interna vigiu com eficácia durante anos, motivo pelo qual desejamos que continui a ser respeitada e que todos se façam porta-vozes dessa continuidade.</p> <p>(C) São tantos os ponto-de-vendas que, para que convirjam os interesses dos diversos comerciantes, teremos muitos encontros e vaivéns de opiniões.</p> <p>(D) Quando ele revir o processo, verá que o ambulante que costuma circular pelos <i>campi</i> da universidade é a testemunha mais vigorosa das manifestações estudantis.</p> <p>(E) Há tantos pró e tantos contras, que requero revisão da proposta e peço que ele, que sempre se abstem, dê sua opinião.</p>

<p>69. A frase correta quanto à concordância é:</p> <p>(A) Parece realmente imprescindível, pela vistoria feita ontem, as reformas cujo orçamento já tinha até sido aprovado.</p> <p>(B) As recompensas oferecidas ao pesquisador envolvido com projeto tão insalubre chegou a representar dez vezes mais do que lhe havia sido prometido.</p> <p>(C) Não existem dúvidas de que ele quer conhecer pessoalmente todos aqueles de cujas ações ele dependeu durante um ano.</p> <p>(D) Eles, embrenhados na discussão desde o início, julgam haverem soluções a longo prazo, mas a médio prazo, não.</p> <p>(E) Havia muitos livros que o chefe poderia lhe ceder, mas naquele momento não os tomou emprestado porque não lhes poderia devolvê-los logo.</p>	<p>74. No Word XP, a quantidade na Lista de arquivos utilizados pode ser modificada</p> <p>(A) nas Opções de Ferramentas, guia arquivos.</p> <p>(B) nas Opções de Ferramentas, guia geral.</p> <p>(C) no menu Exibir, estrutura do documento.</p> <p>(D) no menu Arquivo, pesquisar arquivo.</p> <p>(E) nas Opções de Ferramentas, guia alterações.</p>
<p>70. A frase pontuada totalmente em conformidade com a norma culta é:</p> <p>(A) Ela é a pessoa, para quem devemos apresentar nossas desculpas por não termos enviado em tempo os relatórios, pedidos anteriormente.</p> <p>(B) Sei que foram muitos os meus equívocos ou erros grosseiros ou até crimes, talvez.</p> <p>(C) Precisa algum tipo de ajuda? perguntou o padre a quem acabara de entrar na igreja.</p> <p>(D) Todos estavam de acordo com a resolução e entretanto, ninguém queria ser o primeiro a assinar o documento.</p> <p>(E) Querem conquistar seus direitos à força e por isso, muitas vezes sua ação é desastrosa, pondo a perder até, o já alcançado.</p>	<p>75. Considere a seguinte fórmula digitada na célula C5 do Excel XP: =\$A\$1+B1. Caso esta fórmula seja arrastada pela alça de preenchimento para a célula D5, o resultado nesta última será</p> <p>(A) =\$B\$2+D5.</p> <p>(B) =\$A\$1+C1.</p> <p>(C) =\$A\$1+D5.</p> <p>(D) =\$B\$2+C5.</p> <p>(E) =\$A\$1+D1.</p>
<p>INFORMÁTICA</p>	<p>76. No Excel XP o valor líquido atual de um investimento, com base em uma taxa de desconto e uma série de pagamentos futuros (valores negativos) e renda (valores positivos), é obtido pela função</p> <p>(A) VPL.</p> <p>(B) BDV.</p> <p>(C) VP.</p> <p>(D) NPER.</p> <p>(E) VF.</p>
<p>71. Na edição doméstica do Windows XP, em qualquer aplicativo, quando acionadas simultaneamente as teclas ctrl+alt+del ele apresentará</p> <p>(A) a Barra de ferramentas.</p> <p>(B) a Barra de idiomas.</p> <p>(C) o Gerenciador de tarefas do Windows.</p> <p>(D) as Propriedades da Barra de tarefas e do menu Iniciar.</p> <p>(E) a Área de trabalho.</p>	<p>77. No PowerPoint XP padrão, uma das opções da Transmissão on-line é</p> <p>(A) Predefinir animação.</p> <p>(B) Transição de slides.</p> <p>(C) Gravar narração.</p> <p>(D) Personalizar animação.</p> <p>(E) Configurar e agendar.</p>
<p>72. Na edição doméstica do Windows XP, NÃO é uma opção das Propriedades da Barra de tarefas:</p> <p>(A) Agrupar botões semelhantes da barra de tarefas.</p> <p>(B) Ocultar automaticamente a barra de tarefas.</p> <p>(C) Bloquear a barra de tarefas.</p> <p>(D) Exibir a barra de tarefas no modo clássico.</p> <p>(E) Mostrar a barra de 'Inicialização rápida'.</p>	<p>78. NÃO é uma das opções do menu Ferramentas do PowerPoint XP padrão:</p> <p>(A) Suplementos.</p> <p>(B) Personalizar.</p> <p>(C) Macro.</p> <p>(D) Agendar reunião.</p> <p>(E) Alinhamento.</p>
<p>73. Por padrão NÃO é exibido na Barra de Título do Word XP o</p> <p>(A) nome da pasta.</p> <p>(B) nome do documento.</p> <p>(C) botão minimizar.</p> <p>(D) nome do aplicativo.</p> <p>(E) botão fechar.</p>	<p>79. Dentre os comandos comuns de cliente FTP disponíveis ao usuário, a recuperação de múltiplos arquivos do host remoto para o host local é feita por</p> <p>(A) pwd.</p> <p>(B) get/recv.</p> <p>(C) mget.</p> <p>(D) ascii.</p> <p>(E) mput.</p> <p>80. Programas que instalam um ambiente de serviço em um computador, tornando-o acessível à distância e que visam permitir o controle remoto da máquina sem que o usuário saiba. Tais programas são tecnicamente denominados de vírus</p> <p>(A) Cavalo de Tróia.</p> <p>(B) de Programa.</p> <p>(C) de Script.</p> <p>(D) Backdoor.</p> <p>(E) de Macro.</p>